

EDITORIAL

A maior convenção que o PT paulista já realizou em sua história, com a participação de cerca de 1.400 delegados, tem um significado decisivo por várias razões.

Em primeiro lugar, pelo grande avanço das posições políticas aprovadas, algumas delas de caráter estratégico no sentido de definir o caráter do partido e de seu compromisso com a revolução. Com elas, vai se criando um chão, um patamar comum, para grandes avanços no próximo período.

Além disso, a convenção apresentou mudanças profundas no modo como as diversas forças políticas se apresentam, nas alianças, em seu peso. Elas vão claramente no sentido de afirmar o sentido pluralista do PT, contra qualquer idéia de monolitismo ou de auto-suficiência da corrente majoritária.

Por fim, um profundo impulso foi dado ao processo de desbloqueamento de divisões congeladas e rígidas dentro do partido, abrindo um caminho qualitativamente diverso de integração das diversas correntes minoritárias na construção do partido em São Paulo.

Ocorridas no momento seguinte da derrota da greve geral do dia 20 de agosto, essas mudanças nas proposições políticas, na direção, na correlação de forças entre as várias correntes vão inequivocamente no sentido de criar condições para cortar os nós que ainda limitam a luta política dos trabalhadores. Um PT mais unitário, mais forte, com mais capacidade de direção é o que mais precisa o movimento operário e popular neste momento.

EM TEMPO:

Periódico Nacional Nº 219

15 de Setembro a 15 de Outubro de 1987

ANo X

Cz\$ 30,00



São Paulo

**Em pauta:
o balanço da
derrota da
greve geral**

(Págs. 2 e 3)

Convenção abre nova fase na construção do PT

(Págs. 6 e 7)

**Especial: a cisão do
Partido Comunista Francês**

(Págs. 9 e 10)

**Nova série: a história
das revoluções proletárias**

(Págs. 10 e 11)

O que levou à derrota

A Executiva Nacional do PT lançou um importante documento de balanço da greve geral marcada para o dia 20 de agosto. A partir da constatação da derrota sofrida, a

O dia 20 de agosto apresentou um quadro bastante complexo no que diz respeito a adesão dos trabalhadores à convocação feita pelas direções do movimento sindical (na verdade, à convocação da CUT e de alguns setores da CGT, já que dirigentes de "peso" da CGT colocaram-se frontalmente contra a greve).

Em alguns estados ocorreram mobilizações importantes e mesmo paralisações generalizadas. Nos estados do nordeste a adesão foi muito grande. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte foram paralisadas as capitais e algumas cidades do interior. Em outras capitais do nordeste, mesmo não havendo uma paralisação quase total houve adesões importantes, como ocorreu em Fortaleza, Maceió ou mesmo em Recife, São Luis e Teresina.

Já em outros estados, cuja paralisação em dezembro do ano passado foi muito aquém das expectativas ou mesmo da média nacional, houve uma recuperação muito grande neste 20 de agosto.

No Espírito Santo, os operários da Vale conseguiram parar a empresa (a ferrovia e a exportação de minério de ferro pelletizado). Foi organizado um piquete de mais de 3 mil pessoas em manifestação na cidade de Vitória.

Em termos de repercussão nacional, as principais mobilizações ocorreram no Rio de Janeiro. Na cidade do Rio, houve uma adesão importante no setor de transportes (barcas, metrô, Central do Brasil e ônibus urbanos na primeira parte da manhã), e em várias categorias de trabalhadores, com uma adesão na cidade em torno de 30%. Porém, o movimento mais importante neste estado ocorreu na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Foi nesta cidade (e em Barra Mansa, que é ligada a Volta Redonda) que se atingiu o maior índice de paralisação no estado. Na CSN, os operários ocuparam a usina durante a noite de 19 para 20. O exército tentou desalojá-los mas teve que recuar; foi forçado a isso pelo fato de os operários terem se instalado nos auto-fornos e ameaçarem seu desligamento caso o exército não se retirasse da fábrica. A greve de um dia poderia se estender por um ano, foi a ameaça dos operários.

No Sul do país também ocorreram manifestações, principalmente em cidades que ainda não tinham passado por experiências mais gerais. Foi em Florianópolis e em cidades do interior do Rio Grande do Sul, que ocorreram as principais manifestações.

O Rio Grande do Sul passou pela experiência de conviver ao mesmo tempo com problemas no centro mais industrializado (a "região da BR", que liga os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo, tradicionalmente o principal polo de luta operária no estado) e uma ex-



Passeata nas ruas do centro de Porto Alegre

pansão muito grande no interior. Na capital e região metropolitana, ocorreram manifestações e foi grande a repressão por parte da polícia, inclusive com fortes agressões a parlamentares que se solidarizavam com piqueteiros e manifestantes.

No centro-oeste do país também aconteceram manifestações. Em Goiânia houve um ato público pela manhã e paralisações no serviço público, mas aquém do índice de 12 de dezembro. Ocorreram mobilizações em cidades do interior (principalmente por parte de professores) e também manifestações nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em Brasília houve uma paralisação importante nos transportes, e também nos setores de saúde do funcionalismo público.

Já em Minas Gerais pode-se dizer que houve uma ampliação em relação ao dia 12 de dezembro. Entretanto, o índice de paralisação foi muito pequeno. Paralisaram marceneiros, metalúrgicos de Contagem, de Betim e setores do Vale do Aço. Na capital houve um ato na praça da rodoviária.

Entretanto, se nos vários estados do país aconteceram manifestações, paralisações de categorias, atos públicos e enfrentamentos com as forças de repressão policial (inclusive com o exército), foi em São Paulo onde se evidenciaram os maiores problemas. Na capital, o índice de paralisação não pôde sequer ser

avaliado. Paralisaram algumas escolas e serviços de saúde. Na indústria, houve algum nível de abstenção e não aconteceu nenhuma manifestação importante. Os confrontos que ocorreram foram marcados por serem entre a polícia e a vanguarda do movimento.

Mesmo na região do ABC, o quadro não foi muito melhor. Em São Bernardo, considerado um dos berços da CUT, o índice de paralisação ficou pela casa dos 30%, o que revela a ampliação dos problemas que o movimento tem enfrentado naquela cidade. No interior aconteceram mobilizações em algumas cidades, mas a característica do dia 20 no estado foi a de não adesão dos trabalhadores à greve.

O PT avalia a greve

No dia 1º deste mês, a Executiva Nacional do PT lançou um documento no qual faz um balanço preliminar da greve e extrai lições importantes para o fortalecimento do Partido.

O documento da Executiva Nacional representa um fato extremamente positivo, não só por apresentar a posição de um organismo partidário sobre um dos eventos centrais na luta de classes neste período, mas por se tratar também de um documento que constrói, que busca coesionar o Partido e fortalecer a sua unidade. **O centro das conclusões do documento é a necessidade de romper a dicotomia existente entre a militância**

sindical e a militância partidária, criando formas de organizar atuação dos sindicalistas do PT, propiciando mecanismos mais ágeis para a intervenção do Partido em seu conjunto.

Desta forma, constatando que o PT tem responsabilidade em todo o processo e nos resultados alcançados, a Executiva Nacional caracteriza que "a greve do dia 20 foi um movimento de protesto que incluiu paralisações de categorias distintas nos diferentes Estados, mas não se caracterizando como greve geral na forma como foi projetada (...) Neste sentido, a greve geral foi derrotada, **embora seja uma derrota momentânea**" (grifo nosso) é uma condição essencial para o movimento operário romper com uma dinâmica na qual tem se situado desde a decretação do plano cruzado I.

As razões da derrota

A Executiva Nacional apresenta como causa principal da derrota o fato de a direção do movimento (em particular, a direção da CUT) não ter percebido as mudanças que ocorreram na conjuntura da decretação do plano Bresser até a marcação da última data (a greve foi inicialmente convocada pela CUT para o dia 15 de julho, sendo depois adiada para tentar-se um acordo mais amplo com a CGT para o dia 12 de agosto e posteriormente para o dia 20). Desta forma, o documento da Executiva Nacional avalia que se haviam condições para a realização da greve logo depois

da greve geral

direção nacional do PT propõe um debate fundamental para os rumos do movimento. Aqui, a nossa contribuição a esta reflexão.

da decretação do plano Bresser, as modificações na situação econômica nos meses de junho a agosto prejudicaram em muito a deflagração da greve.

Se por um lado entendemos que é correta a avaliação que aconteceram alterações na economia que necessitavam de um acompanhamento maior por parte da direção, existem outros fatores que têm uma incidência também muito grande neste processo.

A nosso ver, não se trata apenas de compreender as mudanças que ocorreram nos últimos três meses. É necessário compreender toda a dinâmica que o movimento sindical tem enfrentado no último período.

O movimento sindical vive uma situação marcada por um processo de lutas localizadas e dificuldades crescentes de alcançar conquistas importantes. Além disto, os principais processos de lutas revelam um decréscimo cada vez maior de participação dos setores operários. Neste primeiro semestre de 1987, dos 6,5 milhões de trabalhadores que fizeram greve, apenas cerca de 11% foram do setor operário.

Mais do que isto, os principais processos de lutas nacionais (greves de servidores públicos e dos bancários) sofreram derrotas importantes. Neste sentido, houve um desgaste da capacidade das direções combativas em levar adiante iniciativas mais gerais.

Também soma-se neste processo a derrota nas eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, o que reforçou o setor "pelego-moderno" da CGT (Magri e Luiz Antonio), que com o apoio de burguesia e num quadro de maiores dificuldades da direção combativa, colocaram-se abertamente em campanha contra a greve geral.

A questão da Luta interna.

Mas não é só esta dinâmica objetiva que explica o processo vivido pelo movimento. Existe outro fator que tem também um grande peso: desde o II Congresso Nacional da CUT tem havido uma acentuação nos processos de luta interna, de forma muitas vezes sectária e despolitizadora, que dificultam em muito a construção de uma direção que consiga levar adiante as tarefas colocadas pela conjuntura.

O documento da Executiva Nacional, quando discute a questão da incapacidade de a direção sindical do movimento perceber as modificações na conjuntura, coloca que o problema da greve geral foi discutido de forma inadequada nos Congressos Estaduais da CUT realizados às vésperas da greve geral. Se isso ocorreu de fato, é também necessário dizer por que isto aconteceu.

Estes congressos (ver matéria nesta edição) foram marcados pela política

do setor majoritário no sentido de criar uma demarcação interna (em termos de concepção sindical) com outros setores. As lutas do movimento, as tarefas para a conjuntura foram abandonadas a segundo plano, em nome de demarcações, a nosso ver, artificiais. Neste sentido criou-se uma situação que em São Paulo (onde a questão se deu de forma mais grave) impossibilitou que se constituísse um comando mais amplo, que organizasse não só o movimento sindical, mas setores do movimento popular, partidos etc, um comando político para uma greve em que a luta contra o governo era uma bandeira explícita.

As lições da greve

Algumas avaliações que se apresentaram após o dia 20, colocam que os pro-



Piquetes paralisaram a fábrica Guararapes, em Natal

blemas da greve se devem ao fato da CUT ter acentuado sua intervenção na luta por diretas, abandonando as reivindicações dos trabalhadores. Este tipo de avaliação pode conduzir a uma perspectiva de luta estritamente econômica; no sentido de termos uma posição economicista. No lugar de buscar o rompimento com a dinâmica havida no período anterior, esta política só serviu para acentuá-la.

A primeira grande lição deste processo vai no sentido de colar mais o conjunto das bandeiras, das reivindicações nas questões mais sentidas pelos trabalhadores. Não se trata de dar exclusividade às bandeiras imediatas, mas de compreender que a retomada de um processo de lutas mais amplas passa necessariamente pela superação de desgastes sofridos pelas direções do movimento. Neste sentido, as campanhas salariais deste segundo semestre têm um pe-

so muito grande. Além disto, mantém-se também a necessidade de denunciar a política do governo Sarney e sua submissão ao Fundo Monetário Internacional.

Porém, acompanhar mais de perto a evolução da conjuntura, estar mais atento aos seus sinais não é a única tarefa colocada. A solução da questão da direção é uma condição essencial para que tenhamos condições de avançar. Para isto, a resolução da Executiva Nacional aponta uma das respostas principais: a organização partidária da vanguarda sindical que se reivindica do PT.

Este deve ser um dos esforços centrais a ser realizado pelas direções do Partido no próximo período.

Contudo, não se pode falar em resol-

ver a questão da organização dos sindicalistas do PT se não colocamos claramente a questão da luta interna sectária (que existe principalmente no interior da CUT mas quase que exclusivamente entre petistas). Este problema, como enfatizamos anteriormente, tem emperado em muito a construção deste polo de direção classista.

No momento em que se coloca a perspectiva de um rompimento no interior da CGT, em que os setores reformistas (Contag, PCdoB, e mesmo o PCB) podem se retirar da CGT vindo a compor mais adiante a CUT, coloca-se com mais força a exigência da unidade dos setores classistas. A direção do PT tem uma responsabilidade central neste processo, pois qualquer medida de caráter exclusivista, pode comprometê-lo seriamente. O documento da Executiva Nacional representa um patamar básico para avançar nesta direção da unidade.

Acumular forças

O documento da Executiva Nacional do PT parte de uma constatação muito importante sobre o caráter da greve: a derrota sofrida pelo movimento é momentânea. Isto significa que a direção do movimento não saiu quebrada deste processo, mas sim que tem a tarefa central de preparar condições para uma retomada de lutas mais gerais contra o governo e sua política econômica.

Desta forma, se por um lado no próximo período não estarão colocados para o movimento estes enfrentamentos mais gerais, é necessário traçar uma perspectiva de lutas que rejeite o economicismo, que rejeite o reforço à dinâmica de lutas isoladas.

A situação econômica do país tem se agravado ainda mais. Os dados apresentados por organizações da burguesia (como a Federação do Comércio de São Paulo) ou pelo DIEESE têm um ponto de concordância: houve neste mês um aumento do desemprego, acentuouse a queda do crescimento econômico e aumentam as perspectivas de recessão. Além disto, de novo começam a aparecer os indícios de crescimento inflacionário e — com a nova política de reajustes salariais — de aceleração da perda do poder aquisitivo dos salários. É um quadro complexo e que exige uma clareza de ação muito grande por parte das direções combativas, em particular do PT.

Neste sentido, as campanhas salariais deste segundo semestre são muito importantes. A partir das necessidades mais sentidas pelos trabalhadores (defasagem dos salários, resíduos atrasados, perdas no último semestre etc), das reivindicações econômicas mais imediatas, devem ser criadas condições de superação dos desgastes destes últimos meses (em particular da greve geral). Este deve ser o centro de nossa atividade no movimento sindical no próximo período.

Contudo, não podemos descartar a possibilidade de no processo de aprofundamento da crise haver um acirramento das lutas (principalmente se houver uma ampliação nos conflitos entre as frações burguesas em disputa no congresso constituinte, com uma ampliação do desgaste do governo e do próprio congresso).

Para criar as condições de acumulos neste período, numa dinâmica de enfrentamentos parciais, é necessário manter vivo e aprofundar o envolvimento do movimento operário — em particular do movimento sindical — com as lutas políticas que se mostram centrais: a luta contra o governo Sarney (pe-las diretas) e contra sua submissão ao FMI (contra a dívida externa).

Metalúrgicos do Rio de Janeiro

A estratégia da vitória

Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, uma política de unidade de todos os setores da oposição conseguiu capitalizar o desgaste profundo do pelego e abrir caminho para uma vitória histórica da CUT. Aqui, um balanço desta conquista.

Beto Bastos e Júlio Tavares

A Oposição Sindical Metalúrgica sempre se reivindicou da CUT. Nossos principais companheiros foram a todos os congressos da CUT, inclusive o da sua fundação". Assim Jaime Santiago, da diretoria eleita, esclarece qual é a força hegemônica na chapa vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, realizadas nos dias 24, 25 e 26 de agosto.

A discussão sobre o caráter da chapa começou em fevereiro, quando a Oposição realizou uma plenária para discutir a questão: chapa pura da CUT ou chapa de composição com setores não cutistas eram as alternativas. Nada foi definido então. Em junho, a posição vencedora foi a de chapa pura mas, conhecidos os resultados eleitorais dos metalúrgicos de São Paulo, a discussão é retomada. Finalmente, optou-se por uma chapa de composição. Isto não impediu que a chapa se identificasse com a CUT, que tem a maioria dos membros da diretoria eleita, inclusive seu presidente.

Essa identificação foi reforçada também por dois outros fatores: o primeiro pela decisão de que cada articulação agregasse ao seu logotipo o nome da sua central sindical e, enquanto os cutistas o fizeram, a articulação do PCdoB optou por não agregar a CGT ao nome da sua articulação sindical; o segundo motivo é que a chapa 1, de Valdir Vicente, apresentava-se como chapa da CGT, e afirmava que a chapa 2 era a chapa da CUT, o que foi amplamente divulgado pela imprensa do Rio de Janeiro.

Um marajá representa a CGT

Na polarização entre a chapa 1 e a chapa 2 foi extremamente importante que fosse justamente Valdir Vicente (também conhecido como Valdir Marajá) o cabeça de chapa da CGT. A Oposição denunciou durante a campanha que ele possuía quatorze empregos e é ainda proprietário de uma companhia de seguros (Argos — Companhia de Seguros). Esse "representante" dos trabalhadores foi acusado pelo PCB — que depois se recompôs com ele, participando da chapa 1 — de ser ligado à AFL-CIO (Central Sindical norte-americana, defensora à política imperialista dos EUA), de ser pelego e desonesto e de viajar por diversas capitais do mundo em "convocotes" dessa central. Esse "líder" da CGT, no último dissídio da categoria assinou um acordo único no gênero: os patrões ofereceram 12% mas ele terminou assinando por 9%. Esse tipo de acordo é que explica porque os metalúrgicos do Rio de Janeiro têm hoje o piso salarial mais baixo de sua história (Cz\$ 2.208,00). Quando Valdir, respondendo a um patrão, disse que "nós e os empresários não somos inimigos" ele



estava apenas sendo muito sincero. Ele é inimigo é dos trabalhadores.

Greve Geral

"O pelego, buscando ser esperto, saiu na frente da chapa 2 no chamado à greve geral. Depois disso passou a dizer

que a CUT estava a serviço dos patrões, mas essa acusação foi ridicularizada pela massa. Era impossível acreditar que a CUT estivesse à direita do Marajá", comenta Jaime.

Esse chamado à greve geral por parte da chapa 1 era apenas uma manobra.

Depoimento de Washington da Costa, eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

"A Oposição vem trabalhando há mais de dois anos no sentido de compor uma chapa. A princípio a Oposição mantinha a proposta de não compor, de fazer chapa pura. Al veto o resultado da eleição dos metalúrgicos de São Paulo e a questão foi reavaliada. Vimos que existiam forças que não prejudicariam a política geral que levaríamos dentro do Sindicato, que não colocariam em risco as posições políticas defendidas pela CUT e o caráter de Oposição da chapa."

"Montamos então uma chapa de unidade entre o pessoal da CUT (Oposição Sindical Metalúrgica — PT — e Ferramenta — PDT —) e o pessoal do PCdoB (Garra Metalúrgica). Nessa chapa a CUT tem ampla maioria, sendo que a Oposição Sindical tem treze membros."

"Fizemos uma campanha altamente politizada. Tentamos ligar a questão do sindicato à questão nacional e conseguimos. A categoria assimilou isso."

"O apoio de Lula e da CUT foram muito importantes, cumprindo um papel fundamental. A CUT aqui no Rio de Janeiro incorporou muito

o símbolo da mudança, a força que denuncia, que arrebenta com o governo, que não concilia. Então a nossa chapa, ao ser chamada pelos próprios pelegos de chapa da CUT, quando a grande imprensa divulgou isso, ao assumirmos a CUT nas portas de fábricas, capitalizou essa referência."

"O apoio de Brizola cumpriu também um papel importante quando identificou a nossa chapa como chapa contra o governo, pois ele é um cara que na massa do Rio de Janeiro traz a marca do anti-Sarney."

"...esse conjunto de coisas foi se articulando: o trabalho anterior, a política que implementamos durante a campanha, o apoio que tivemos de setores importantes da CUT, o trabalho unitário que conseguimos desenvolver durante a campanha, mesmo com o leque amplo de forças políticas; o seu somatório fez com que chegássemos à vitória."

"Nosso plano de trabalho vai priorizar a atividade dentro das empresas, o trabalho de base. A gente acredita que o quadro do movimento sindical no Rio de Janeiro vai mudar muito num curto espaço de tempo..."

Valdir chamou a greve tendo como base a conquista da reposição salarial, buscando apresentar-se como combativo perante a categoria. Ao mesmo tempo, tinha feito um acordo com os patrões, onde estes "dariam" os 23,57% antes do dia da greve geral e a diretoria do sindicato, da qual ele era o presidente, desmobilizaria a greve baseada no argumento de que já teria conseguido a vitória.

No dia 19, Valdir e os seus companheiros foram para a frente das fábricas e dessa vez para tentar parar a greve, dizendo que já tinha conquistado a reivindicação. No dia 20, foram outra vez para a frente das fábricas para colocar os trabalhadores para dentro delas. Os trabalhadores viram então que tudo era uma grande armação entre o pelego e os patrões e que os trabalhadores iriam pagar por ela no próximo dissídio. Essa traição serviu para consolidar a vitória da chapa 2.

Derrotando a direita e construindo a unidade

"Nós da CUT-RJ com essa vitória realmente barramos a tentativa da direita sindical de se construir no eixo Rio-São Paulo. Por isso nossa vitória não foi apenas dos trabalhadores do Rio de Janeiro, mas também dos trabalhadores a nível nacional", diz Jaime. A verdade dessa afirmação fica bastante clara quando sabemos que Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e novo "homem forte" dos patrões no movimento sindical, chegou a ir especialmente ao Rio durante a campanha eleitoral para dar apoio ao seu aliado.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro é um dos principais sindicatos do país. Com essa vitória evidenciase também que "existe uma virada sindical para o campo da CUT no Rio de Janeiro e com isso os setores classistas tem hoje uma base mais sólida para conduzir as lutas. Hoje a CUT está consolidada a nível da Federação dos Metalúrgicos do RJ, já que os sindicatos mais fortes do estado estão sob sua orientação. Ao mesmo tempo, formamos um bloco combativo com os principais sindicatos do estado: os bancários, os ferroviários, metalúrgicos de Volta Redonda e metalúrgicos do RJ", conclui Jaime.

Essa vitória é parte importante de todo um processo de recomposição do movimento sindical e da dinâmica interna da CGT, onde a direita passou a uma ofensiva direta contra os setores reformistas, em particular o PCdoB, no seu anseio de servir melhor e mais eficientemente aos patrões. E é também muito importante porque demonstra que, mesmo no quadro de derrota da Greve do dia 20 de agosto, o espaço para o crescimento do pólo combativo e da CUT no movimento sindical permanece aberto.

Não se avança com sectarismo

Américo Bernardes

Os congressos recentes da CUT, principalmente o de São Paulo, evidenciaram o quanto pode ser prejudicial a dinâmica de se procurar sobrepor as necessidades de luta interna entre as várias correntes aos interesses gerais do movimento.

Nos últimos dois meses, foram realizados congressos estaduais da CUT em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Goiás, em Pernambuco, no Paraná, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Em geral, a presença nestes congressos revelou o enorme crescimento da influência da CUT neste último ano.

Contudo, em alguns deles, o peso e a atenção dispensada à luta entre as correntes existentes no interior da CUT eclipsaram os interesses gerais do movimento, colocando em um segundo plano os desafios da central e uma análise mais profunda dos problemas que ela enfrenta. Além disso, pelo menos em um deles — o de São Paulo — houve uma escandalosa adulteração da democracia.

O congresso da CUT em São Paulo é o que melhor exemplifica esta afirmação. O setor majoritário da direção da CUT imprimiu desde o início uma dinâmica sectária ao congresso. O próprio documento de abertura do congresso dizia explicitamente: "as diversas concepções sindicais dentro do 'bloco da CUT' foram colocadas na geladeira por força da necessidade de se enfrentar os pelegos e reformistas (além dos patrões e do governo) e por força da necessidade de se consolidar de forma mais definida a perspectiva da Central Única dos Trabalhadores. Uma vez que a CUT levantou vôo — e se tornou uma referência política junto aos trabalhadores (...) — iniciou-se um novo processo que podemos denominar como 'avanço da CUT enfrentando as suas divergências internas'".

Este documento veio à luz no exato momento em que a CUT iniciava os preparativos para a greve geral. O congresso, realizado no fim de semana anterior ao dia 20 de agosto, discutiu a greve geral como último ponto da pauta, após a eleição da direção e com o plenário já esvaziado. O setor majoritário da CUT colocou como ponto principal e de deliberação da pauta do Congresso a discussão de concepção da prática sindical. A proposta da corrente minoritária de inverter a pauta, reolocando a discussão sobre a greve no centro, foi derrotada.

Na discussão do tema definido como central, o setor majoritário da CUT estadual, cujos principais dirigentes integram a **Corrente** que está se formando no interior do PT, qualificava três tipos de concepção sindical: o sindicalismo reformista (aquele que só se preocupa em tentar vender mais cara a força de trabalho, que não questiona as bases da exploração capitalista); o sindicalismo vanguardista (cujo centro de atividade é a propagação do socialis-

mo, mas que rejeita a luta por conquistas imediatas) e o sindicalismo classista e de massas (que busca organizar o conjunto dos trabalhadores a partir de suas reivindicações mais sentidas, ligando a luta econômica à luta política numa perspectiva de ir criando uma consciência anticapitalista).

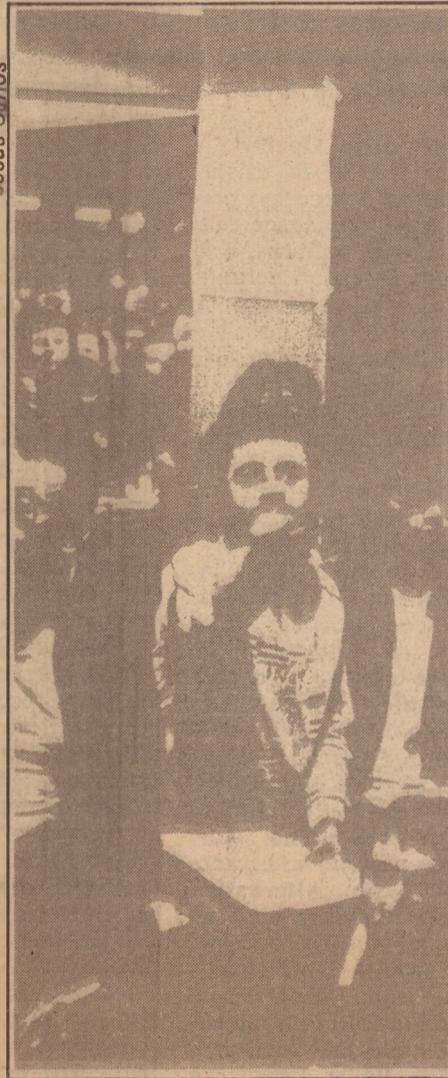
Em princípio, poderia até se concordar com este tipo de formulação, que nos documentos são mais extensas e mais aprofundadas. Porém, não está nas formulações a questão central. A corrente majoritária, no sentido de impingir uma forte derrota política à minoria, procurava de forma simplista e caricatural associar a prática desta última à concepção vanguardista no movimento sindical. Exemplo típico desta simplificação é a tentativa de responsabilizar unilateralmente o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo pela derrota da CUT nas últimas eleições do sindicato.

Recusa do sectarismo

A chapa minoritária, composta principalmente pelos metalúrgicos de Campinas, pelos sapateiros de Franca, pelos químicos e plásticos de São Paulo e por setores dos metalúrgicos da capital, obteve cerca de 33% na composição final da direção. Sem condições de reverter a dinâmica imprimida ao congresso, ela buscou, no entanto, evitar a polêmica sectária.

O documento da minoria afirmava que "o movimento dos trabalhadores no Brasil ainda não viveu grandes experiências de lutas gerais e, portanto, o aprendizado político de suas direções ainda é feito a partir, principalmente, de experiências parciais e localizadas (...) Isso para nós quer dizer que grande parte das diferenças de concepções sindicais presentes na CUT se explica pela diferença de experiências vividas pelos trabalhadores e por suas direções. Provavelmente todas as concepções presentes na CUT estão em processo de evolução..."

Recusando a formação de blocos rígidos, o documento da minoria continuava afirmando que "estamos, portanto, diante de uma situação em que o mais importante é criar condições para que todas as concepções dentro da



CUT possam dirigir conjuntamente as lutas gerais (...)"

Avanços e conquistas

No Rio Grande do Sul, havia um processo de construção de uma chapa unitária a partir de um documento produzido pela direção estadual da entidade. Porém, alguns dias antes do congresso estadual, e sem que se tivessem verificados até então diferenças políticas importantes, a diretoria do Sindicato da Alimentação de Porto Alegre divulgou um documento sobre concepção de prática sindical, provocando uma divisão no processo até então unitário e uma dinâmica artificial de disputa.

A luta pela democracia

Na eleição da delegação dos metalúrgicos de São José dos Campos para o congresso estadual da CUT ocorreu um fato escandaloso. A chapa vinculada ao setor majoritário da CUT paulista obteve 50 votos; a chapa vinculada à Convergência Socialista obteve 48 votos. Por 50 votos a 49, a assembléia decidiu negar a aplicação da proporcionalidade para a escolha dos delegados. Assim, todos os delegados foram do setor majoritário.

Pior ainda: na plenária do congresso, o absurdo foi ratificado pela maioria. Foi, sem dúvida, uma grande violência à

democracia do congresso e da CUT.

Enquanto isto, no congresso do Rio Grande do Sul, por po posta do setor minoritário avançou-se na democracia da central. Uma proposta apresentada pela diretoria do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, e aprovada, estabelecia um critério para distribuição dos cargos da executiva da direção estadual da CUT depois de calculada a proporcionalidade. Por este critério, é feito um cálculo que estabelece entre as chapas concorrentes a ordem de escolha dos cargos, o que garante às minorias uma participação efetiva na direção da CUT.

Duas chapas disputaram o congresso, ficando o setor no qual participava a **Corrente** com cerca de 53% dos votos. Por apresentar um equilíbrio muito grande na correlação de forças internas, foi garantido neste congresso uma discussão da preparação da greve geral.

No Rio de Janeiro, onde o processo de construção da **Corrente** é mais limitado, onde os setores que participaram tradicionalmente da articulação dos 113 têm tido experiências importantes de trabalho com outros setores do PT, pôde ser construído um processo de unidade a partir do partido.

No congresso do Rio, a polarização do congresso não refletiu aquela dos congressos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Divididas quanto à avaliação da CUT, duas chapas se apresentaram: os sindicalistas vinculados à Convergência Socialista e à diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil obtiveram cerca de 30% dos votos; a outra chapa, encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Metroviários, Geraldo Cândido, contava com sindicalistas de vários setores do PT e do PDT.

Romper a dinâmica sectária

Um elemento que aparece com muita força nestes vários processos é a construção no movimento sindical da **Corrente**, tendência majoritária a nível nacional do PT. Isto acabou por imprimir uma dinâmica de sectarização aos congressos da CUT, com a necessidade de apresentar posições que demarquem com outros setores do partido, mesmo que num processo artificial.

É mais do que legítimo este processo de demarcação de uma corrente política no interior da CUT. O que é incorreto é sobrepor essa demarcação aos interesses gerais do movimento. O que não se pode aceitar é que se crie por conta disso uma dinâmica de sectarização. O que é questionável inclusive é que se aprove como resolução de um congresso de uma central sindical uma normatização, uma concepção, sobre a relação da atividade sindical com a atividade revolucionária, com implicações diretas sobre a concepção da relação partido e sindicato. Se essa discussão é importante, a sua aprovação como resolução interfere até na dinâmica de frente única que se quer imprimir à CUT, pois não se pode impô-la a todas as correntes que participam e venham a participar da CUT.

É necessário — principalmente neste momento de ataque da burguesia ao movimento operário e após a derrota da greve geral do dia 20 romper essa dinâmica sectária que mais uma vez se manifestou. Como enfatizou o documento da minoria em São Paulo: "temos que vencer a tentação fácil de criar dogmas sobre concepções sindicais que refletem apenas diferenciadas práticas e experiências... 'As formas de pensar dentro da CUT não são antagônicas e podem e devem estar subordinadas aos interesses maiores da unidade da CUT em todos os seus enfrentamentos e lutas.'"

Convenção inaugura nova fase na construção do PT paulista

Grandes e importantes mudanças no PT em São Paulo: avanços nas resoluções políticas, modificações dos agrupamentos das diversas forças, um saudável impulso ao desbloqueamento de divisões congeladas dentro do partido.

João Machado

O Encontro Estadual do PT de São Paulo realizado em 12 e 13 de setembro teve diferenças muito marcantes em relação aos anteriores.

Em primeiro lugar, foi o primeiro Encontro realizado desde 1983 sem que existisse a "articulação dos 113". Esta articulação foi considerada superada pelos seus principais organizadores, que iniciaram a constituição de uma nova tendência (que vem sendo chamada de **Corrente**) com um nível de definições políticas superior.

A **Corrente** vem se organizando em torno do Lula e dos sindicalistas do ABC, de setores da Igreja e de militantes marxistas, sobretudo referenciados nas revoluções centro-americanas. Muitos setores da antiga "articulação dos 113" não participaram, como em São Paulo o setor liderado pelos deputados Eduardo Jorge e Roberto Gouveia, que constituíram uma articulação — **Poder Popular e Socialismo (PPS)** — forte sobretudo na Zona Leste de São Paulo, como o setor liderado pela deputada Irma Passoni, como o setor mais identificado com o deputado Plínio Sampaio, como o antigo Secretário Geral Nacional, Francisco Wefort. Por outro lado, integra a "Corrente" o setor de **O Trabalho** que se dissolveu.

Também a antiga articula-

ção "Alternativa Operária e Popular" deixou de existir. Assim, como o processo previa uma pré-inscrição de chapas e propostas políticas, e só depois uma inscrição definitiva, houve a pré-inscrição de nada menos do que dez chapas, posteriormente reduzidas para cinco chapas definitivas. Vários setores defenderam que se formasse uma chapa única — o que seria sem dúvida a melhor alternativa — mas o setor da **Corrente** recusou.

A chapa do setor majoritário, que se chamou "Articulação — Por um PT de massas, democrático e socialista" foi o resultado da integração de quatro pré-chapas: a da própria **Corrente**, a da deputada Irma Passoni, a do setor de **O Trabalho** que se manteve, e a encabeçada pelos companheiros Ivan Valente e Cândido Vacarezza (este último setor, até o ano passado integrante da articulação **Alternativa Operária e Popular**), além de outros companheiros que não tinham inscrito pré-chapas (como do grupo **PT na capital** e o grupo liderado pelo suplente de deputado José Mentor).

A chapa **Poder Popular e Socialismo** resultou da integração a este grupo de muitos companheiros com posições bastante variadas no partido, representando basicamente a ala da antiga "articulação dos 113" mais crítica ao núcleo de direção e com posições mais à esquerda. A chapa "**PT — uma proposta socialista**" foi o resultado da unificação de

duas pré-chapas: a encabeçada por João Machado, Francisco de Souza, Antônio Cordeiro, Tatau Godinho e José Correa Leite, e a encabeçada por José Genoino, além de outros companheiros.

Houve ainda duas chapas: "Ponto de Vista" integrada basicamente por militantes de Osasco e de Campinas e a encabeçada por companheiros da Convergência Socialista.

Sem maioria absoluta

Com este quadro, houve novidades importantes. Ao contrário das vezes anteriores, a polarização maior se deu entre a "Articulação" e o "PPS" — o que permitiu que esta última chapa recebesse o apoio de muitos descontentes. Além disto, desta vez, quase todas as emendas ao texto base apresentadas pelas chapas "PPS" e "Proposta Socialista" nos grupos foram aceitas pela corrente majoritária (o que praticamente eliminou a discussão política mais geral em plenário).

Na votação das chapas, dos 1388 votantes, 788 (56,77%) votaram na chapa "Articulação", 267 (19,24%) votaram na chapa "Poder Popular e Socialismo", 205 (14,77%) na chapa "Proposta Socialista", 117 (8,43%) na chapa "Ponto de Vista" e 8 na chapa encabeçada pela Convergência Socialista (que havia retirado a chapa e apoiado a "Proposta Socialista"). Do Diretório de 60 membros, a "Articulação" ficou com 37, o "PPS" com 12, a "Proposta Socialista" com 10 (as demais chapas não obtiveram 10%).

Estes resultados mostram uma questão muito importante: a **Corrente** majoritária só teve o apoio de mais de 50% dos delegados incorporando à sua chapa muitos setores, como já mencionamos. Podemos avaliar que o apoio direto à **Corrente** correspondia a algo em torno de 40%. Isto se refletiu no Diretório eleito (embora o fato de que duas chapas não conseguiram 10% beneficie a maioria), onde provavelmente a **Corrente** não tem a maioria absoluta dos membros.

Estes fatos são positivos: fica claro que uma corrente sozinha não pode tocar o partido, que é necessário contar com a participação de todos. Reforçando esta questão, os membros da chapa majoritária assumiram o compromisso de votarem, na reunião do Diretório que elegerá a Executiva, a favor da proporcionalidade.

O desbloqueamento

Já o balanço do Encontro no aspecto político é mais difícil de fazer. Houve problemas enormes: os delegados só tomaram conhecimento das extensas propostas no dia do próprio Encontro (evidentemente, não tiveram nem o tempo de ler aquilo em que votavam, tendo de se referenciar nas defesas orais). A polarização no Encontro entre membros da chapa majoritária e da chapa "Poder Popular e Socialismo" foi muito sectarizada. Ficou clara a existência de um desgaste importante da direção do partido, de uma insatisfação significativa de muitos companheiros.

Por outro lado, as resoluções aprovadas foram muito positivas, principalmente depois da incorporação de um número muito grande de emendas. Apresentamos ao lado um comentário sobre o item relativo à regulamentação do direito de tendência. No próximo número do **EM TEMPO** faremos uma análise do conjunto das resoluções.

Outro fato positivo a destacar é que tanto o novo presidente estadual, o deputado José Cicote, quanto o Lula, nos seus discursos de encerramento do Encontro, mencionaram a ideia de que os membros de todas as chapas são importantes para o partido, constroem o PT etc. Lula, em particular, citou inúmeras vezes, e sempre de forma muito elogiosa, o deputado José Genoino, chamando-o de "quadro do PT". Como Genoino foi transformado por muitos setores em uma espécie de "símbolo das tendências" dentro do PT, a importância destas menções é clara. Podemos dizer que o Encontro, no seu conjunto, e apesar dos aspectos ambíguos da proposta de regulamentação do direito de tendência aprovada, teve um papel claro de legitimar oficialmente as tendências organizadas que se empenham na construção do PT.

Como conclusão geral: foi um Encontro onde o PT avançou politicamente (apesar da constatação de muitos problemas), e onde foram dados passos muito importantes para a recomposição e o reagrupamento das várias correntes do PT, para o desbloqueamento do partido, para a formação de uma direção consideravelmente mais forte no principal estado do país.



A resolução sobre as tendências

Os trechos principais da proposta majoritária na Convenção Estadual.

(...)

37- A regulamentação do direito de tendência, além de aperfeiçoar a democracia interna, abre campo para agregar, em todos os organismos e instâncias, companheiros integrantes de correntes minoritárias no PT. O que se deseja, portanto, ao regulamentar o direito de grupos de militantes se reunirem, de forma permanente ou não, para avaliarem a prática do partido, formularem propostas, disputarem órgãos dirigentes, não é excluir, afastar, discriminar, expurgar nenhuma das forças ou quadros que compõem o PT. Ao contrário, nosso objetivo é o de trazer, para o campo da luta política, nas instâncias do partido, o conjunto das divergências que, em várias ocasiões, se manifestam exteriormente e à margem de nossos organismos impedindo, por um lado, que os militantes intervenham na solução das contradições e, por outro, emperrando todas as iniciativas de centralização política.

(...)

39— Dentro desta concepção propomos que o Encontro Estadual aprove como resolução indicativa ao Encontro Nacional o seguinte:

a) O PT assegure a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se, no interior do partido, como tendência política;

b) Todas as direções partidárias deverão promover os meios necessários para que as tendências possam manifestar-se através dos veículos de comunicação do PT. Garantidos esses recursos, as tendências não poderão mais manter finanças ou jornais próprios, visto que estão dispersando forças e retardando o processo de centralização política, indispensável ao crescimento do partido nesta conjuntura.

c) Submetidos a disciplina partidária como qualquer militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio;

d) Nenhuma tendência do partido pode tentar construir um partido distinto do PT, devendo qualquer uma delas reconhecer expressamente o PT como um partido estratégico;

e) O Encontro Nacional deverá estabelecer um prazo para que as tendências regularmente inscritas nos diretórios respectivos possam ajustar-se a essas disposições. A inobservância de qualquer das normas desse regulamento deverá ser combatida através da luta política, recorrendo-se ao Regimento Interno do partido apenas em última instância.

A regulamentação das tendências

Uma polêmica que se acende

A maioria dos delegados ao encontro aprovou uma resolução que encerra grandes problemas e gera um debate que terá enorme importância no próximo período.

Em São Paulo, não houve nenhuma discussão ampla no partido, sobre a regulamentação do direito de tendência. A secretaria de Organização do PT paulista tratou da questão (dentro da elaboração de um texto geral sobre os problemas de organização do partido) e apresentou uma proposta muito positiva. Mas este texto, concluído cerca de um mês antes do Encontro estadual, e que poderia servir de base para a discussão, terminou só sendo distribuído no próprio Encontro.

Alguns dias antes do Encontro, a articulação majoritária divulgou sua proposta política. No item do direito de tendência, ela recolhia várias ideias da proposta da Secretaria de Organização, mas introduzia algumas modificações fundamentais, principalmente expressas em dois itens: o item c que dizia "as tendências não podem ter finanças próprias; jornais próprios; disciplina política própria; ou estrutura paralela ao Partido de qualquer tipo (sedes, etc...)", e o item f: "após a aprovação desta regulamentação, o não cumprimento de suas disposições (que deve ser expresso através da doação das sedes próprias ao Partido, através da integração da imprensa própria à imprensa partidária, etc...) implicará sanções previstas no Regimento Interno do Partido" (evidentemente, até agora o Regimento Interno não prevê estas sanções).

Esta visão, além de acenar com uma centralização absoluta das tendências, que inviabilizaria sua existência, já ameaçava imediatamente com as penas da lei. Na verdade, seria mais correto chamar esta regulamentação de "normas para a dissolução das tendências". Assim, foram feitas diversas críticas a este texto, tanto por parte de membros de outras articulações e chapas quanto por parte de companheiros que vieram a integrar a chapa majoritária, como o deputado Ivan Valente. A partir desta pressão, o texto foi modificado e aprovado no próprio Encontro, com exceção de uma frase que falava de forma incorreta da "dissolução de um setor da Corrente O trabalho no PT".

Tal como está, o texto tem vários aspectos positivos: reconhece a importância da diversidade das correntes na formação do PT; estabelece o ob-

jetivo de integrar o conjunto dos militantes, e não de excluir ou discriminar; define um processo gradual de implementação de uma regulamentação, e a luta política como método básico para cobrar a observância das normas (e não o recurso ao Regimento Interno). Mas tem também problemas importantes, de modo que podemos fazer algumas críticas básicas.

Finanças e imprensa

A regulamentação proposta reduz as condições de funcionamento prático de tendências à manifestação através dos veículos de comunicação do PT e proíbe a existência de "finanças próprias". Mas é claro que para que um grupo de militantes possa, por exemplo, disputar a direção do partido a nível nacional, tem de fazer reuniões nacionais, organizar debates, viagens etc. Como ninguém espera que nas condições do PT o partido vá financiar estas despesas, a proibição de "finanças próprias" resultará na proibição de tendências nacionais (ou, o que é pior, limitará estas tendências a membros abastados, que possam viajar por conta própria).

Além disso, a concepção de que em um partido de massas, como o PT, toda a imprensa deva estar controlada pela direção do partido é pelo menos discutível. Esta concepção representa uma espécie de ultraleninismo, ultracentralismo: na época revolucionária da III Internacional, por exemplo, ainda sob a direção de Lênin, havia uma rica e variada imprensa comunista, que não era toda controlada pela direção mas expressava diferentes sensibilidades e visões políticas nos partidos.

Ainda mais absurda é a concepção de que uma tendência não possa ter sequer um boletim interno, nas condições atuais do PT (o que também implica "finanças próprias", evidentemente), o que significa reduzir drasticamente as condições de defender suas posições, quando o PT não tem definições sobre muitos aspectos essenciais da política revolucionária.

O argumento básico para defender este supercentralismo, o de que a manutenção de jornais próprios ou finanças próprias das tendências dispersa forças e retarda o processo de centralização política do PT não pode ser aceito, tampouco. Primeiro, porque a cor-

rente majoritária tem uma maioria no partido bastante confortável, que lhe permite fazer um jornal do partido mesmo que nenhuma minoria apoie: a responsabilidade do PT não ter um jornal nacional hoje cabe certamente à maioria. Segundo, porque se a maioria avalia que precisa das minorias para publicar um jornal, o que deve fazer é simplesmente cobrar este apoio (o que sempre nós, do **EM TEMPO**, nos dispusemos a dar, e temos dado).

Dissolução ou integração?

Somos favoráveis, como temos dito várias vezes, a que o PT se torne um partido mais centralizado. Não criticamos a regulamentação proposta das tendências em nome da recusa à centralização ou da defesa de algum "privilégio" de mãos livres para fazermos o que quisermos. Por isto mesmo, o avanço na centralização do PT só pode ser de conjunto, global, para ser correto e bem sucedido. Assim, é muito incoerente querer centralizar ao máximo as tendências internas quando não se propõe ao mesmo tempo a centralização da base do partido (por exemplo, com o critério de que para votar nos Encontros municipais e zonais do partido o filiado deve estar em dia com a sua contribuição financeira e militar com alguma regularidade nas frentes de massa do PT).

Do jeito que é proposta, a regulamentação parece querer chegar à centralização do partido, a conseguir que ele não seja uma federação de tendências, por meio de regras administrativas. É claro que regras podem ser úteis (se forem adequadas à realidade), mas a questão central é outra: é de integração política, de transição das instâncias do partido em centros de elaboração política coletivos (o que implica, por exemplo, a integração das minorias em todas as instâncias de direção).

Aliás, as regras propostas não garantem nada, já que não proibem a qualquer grupo de militantes do partido (ou de fora dele) fundarem um Centro de Estudos, de Formação Política ou semelhança e editarem uma publicação qualquer, realizarem uma campanha financeira para este Centro, etc.

Ou podemos ter correntes em torno de parlamentares. Ora, se não podemos regulamentar coisas deste tipo, regulamentar-

mos o essencial (que nenhuma tendência do partido pode falar em nome próprio para a sociedade, que todos os militantes estão obrigados a respeitar as deliberações do partido, a reconhecê-lo como o seu partido, e o caráter estratégico do PT etc) e o resto teremos de resolver politicamente, criando uma direção superior, capaz de unificar e integrar, e assim por diante.

Ambigüidade de fundo

Finalmente, o mais importante: na verdade, como o companheiro que defendeu a manutenção de regulamentação proposta contra as emendas apresentadas (João Antônio) deixou claro, o objetivo da regulamentação por parte de setores da **Corrente** é levar à "dissolução das tendências no PT". Vários setores do partido parecem ter adotado o lema "mirem-se no exemplo do setor de **O trabalho** que se dissolveu".

O problema aqui é sério, aliás, vale registrar que não é correto dizer que o setor de **O trabalho** se "dissolveu no PT": ele se integrou em uma corrente em organização, a chamada **Corrente**. Mas o mais importante é que se é legítimo e correto querermos uma unidade crescente de todas as correntes do PT, e até desejarmos que no futuro, caso atinjam uma grande homogeneidade, não haja tendências permanentes, é profundamente incorreto querer forçar administrativamente o processo. Pois uma unidade política verdadeira só pode ser o resultado de uma síntese de posições políticas, de tradições, de experiências, de sensibilidades. Uma unificação imposta, ou a dissolução imposta das correntes organizadas (o que vem a dar no mesmo) só pode ser feita por quem tem a concepção de uma "corrente oficial", de um partido monolítico, ou coisas do estilo. Além de ser totalmente contraditória com a própria ideia de regulamentação (que não quer dizer dissolução) das tendências.

Ou seja, o grande problema é que em setores da corrente majoritária no partido permanece uma ambigüidade de fundo: não conseguem distinguir claramente regulamentação de dissolução, não têm clara a concepção de um partido centralizado para a luta — o que todos queremos — mas democrático e plural.

Marxismo e religião na América Latina — Michael Löwy — Cz\$ 50,00

"O que se passa na América Latina em torno da Teologia da Libertação é outra coisa: uma fraternidade nova entre revolucionários crentes e não crentes, numa dinâmica emancipadora que escapa tanto a Roma quanto a Moscou".

Ler é pensar com duas cabeças

Cadernos Democracia Socialista -

Vol. I - Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado... Cz\$ 70,00

Vol. II - Teses Sindicais... Cz\$ 70,00

A teoria leninista da organização — Ernest Mandel... Cz\$ 150,00

Da crítica ao populismo

à construção do PT — Raul Pont... Cz\$ 150,00

Caminhos da Construção — Agamenon Vieira... Cz\$ 70,00

Pacto Social — da negociação

ao pacote — Reginaldo Moraes... Cz\$ 100,00

O que é estrutura sindical — Vito Gianotti... Cz\$ 70,00

A liberdade sindical no Brasil — Vito Gianotti... Cz\$ 70,00

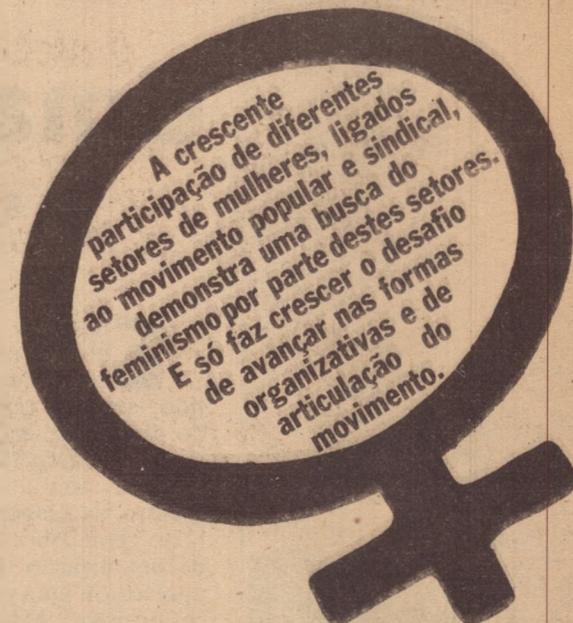
Violação rural e Reforma Agrária — Maria da Penha... Cz\$ 50,00

Pedidos à Editora Aparte Ltda.





9º Encontro Nacional Feminista



Os desafios atuais do movimento

O 9º Encontro Nacional Feminista, realizado nos dias 4, 5 e 6 de setembro, aprofundou a tendência já iniciada no Encontro de Petrópolis, do ano passado, de incorporação e diversificação dos setores de mulheres participantes do Encontro. Neste ano, em Garanhuns, Pernambuco, cresceu ainda mais a participação de mulheres ligadas ao movimento popular e houve uma mudança significativa na preparação da pauta do Encontro, abrindo mais espaço para a discussão geral das diferentes concepções do feminismo, de experiências de trabalho no movimento, além da permanência dos espaços de vivência, com as oficinas.

Entre as 700 mulheres que participaram do Encontro, vindas de quase todos os Estados do Brasil, com exceção de Roraima e Rondônia, houve uma participação significativa de trabalhadoras rurais, refletindo, também, um aspecto importante da organização das mulheres no Nordeste. Embora repetindo, de certa forma, algumas dificuldades de relacionamento e diferentes percepções do feminismo, da organização das mulheres do nosso movimento e da luta pela libertação, inevitáveis à medida que os setores mais populares do movimento entram em contato com setores tradicionalmente feministas, a interrelação de diferentes aspectos que compõem hoje a diversidade do movimento traz, cada vez mais, a necessidade de refletir e construir uma nova prática feminista. Na verdade, a influência recíproca entre diferentes setores pode aumentar as possibilidades para o desenvolvimento de um movimento de mulheres massivo que incorpore o feminismo em todas as suas dimensões.

Todo o primeiro dia do Encontro foi dedicado à discussão geral do feminismo e, segundo a proposta da comissão organizadora, orientado no sentido de "discutir e aclarar pontos de vista sobre o que é a ideologia feminista, conhecer algumas das lutas deste movimento e estabelecer a relação entre o que fazemos (nossa prática) com o entendimento da ideologia feminista".

A discussão apresentou abordagens extremamente variadas, embora, em certa medida, o aspecto da transformação pessoal, da sensibilidade, fundamentais no desenvolvimento do feminismo, tenha se superposto à discussão da prática feminista como um dos ele-

mentos essenciais para a transformação da sociedade. Evidentemente, um equilíbrio maior só poderia vir imbuído de uma discussão mais detida das perspectivas e dificuldades do movimento. E não faltaram, como sempre, os posicionamentos radicais, tanto de um lado quanto de outro.

Os encontros feministas são hoje, ainda, o espaço coletivo mais amplo para a discussão específica. O aumento significativo do número de participantes — 150 mulheres em Minas Gerais, em 1985; 530 em Petrópolis, em 1986 — e a participação, cada vez maior, de setores do movimento popular de mulheres, que entram em contato pela primeira vez com a discussão especificamente feminista, significa ao mesmo tempo um avanço para o movimento e um desafio na construção de mecanismos para ampliação da consciência feminista.

Um desafio que os Encontros ainda não conseguem resolver mas que já deram um passo significativo do ano passado para este com a definição de um tema central comum. Mesmo que para algumas participantes o fato do Encontro ser apenas um momento de troca de experiência, reflexão e vivência, não tendo decorrências organizativas ou decorrências políticas imediatas este tipo de espaço feminista continua a ter seu papel no movimento.

A autonomia do movimento

Uma das polêmicas e temas bastante discutidos, e que frequentemente perpassa outras discussões, é a organização cada vez maior dos Conselhos da Condição Feminina demonstrando que permanece e se acentua a dificuldade de estabelecer a correta relação entre os Conselhos, que são órgãos do Estado, com o movimento. Os próprios Conselhos pretendem, muitas vezes, participar através de seus membros, como se fossem instâncias do movimento e a dificuldade de compreender corretamente o problema da autonomia se acentua ainda mais na medida que o movimento ainda não constituiu suas formas de organização mais amplas e que boa parte das integrantes dos Conselhos são antigas militantes do movimento que hoje não participam de nenhuma outra instância a não ser dos órgãos do Estado.

A confusão fica mais nítida com propostas como as que surgiram de que

os Conselhos fossem eleitos nos Encontros feministas, sem se discutir na verdade sua relação com o Estado, a estruturação e as debilidades organizativas do movimento, até o absurdo de se considerar que o movimento não necessita de estruturas organizativas gerais uma vez que já existem os Conselhos.

A discussão proposta por um grupo sobre a organização do movimento, a necessidade de formas de coordenação e encaminhamentos de luta em comum, como a questão da legalização do aborto ficou bastante setorizada. A única proposta apresentada, mas que não teve um caráter de proposta geral do Encontro, foi a da realização de um seminário nacional sobre a necessidade de articulação a nível nacional, a ser realizado num período de mais ou menos seis meses.

Os próximos passos

Da mesma forma que no Encontro anterior, de Petrópolis, e no 3º Encontro Feminista Latino-americano, em Bertioga, alguns aspectos sobre a questão da sexualidade se apresentam como novidade e às vezes com grande impacto sobre as mulheres que participam do movimento de mulheres mas que têm tido poucas oportunidades de se aprofundar nesse tipo de questão. Mesmo que a forma como se deparam com comportamentos diferenciados, com a discussão do corpo, com a questão do homossexualismo, possam, a princípio, se chocar com as manifestações de uma educação conservadora e, às vezes, seja de difícil assimilação, este é

um aspecto importante da experiência e vivência dos Encontros feministas.

À medida que os Encontros se massifiquem e que aumente a participação dos setores populares, teremos que buscar novas formas de abordar a discussão da sexualidade, com todas suas implicações, uma vez que são questões que não podem deixar de estar presentes, com peso significativo, nos Encontros feministas e no movimento.

O próximo Encontro, que deverá ser realizado em São Paulo, terá que dar conta do desafio de incorporar possivelmente um número ainda maior de mulheres, possibilitando o avanço da discussão feminista e a necessidade de sua incorporação em todos os setores do movimento. Uma tarefa nada fácil se considerarmos que não houve qualquer avanço do ponto de vista organizativo.

Até agora os Encontros não têm se proposto a buscar formas de coordenação e articulação do movimento. O papel que cumprem como espaços de experiência e discussão já é em si importante. Mas permanece, de forma cada vez mais aguda, a necessidade de construção de espaços organizativos, onde se discutam a articulação e o encaminhamento de lutas e campanhas. A campanha de levantamento de assinaturas para a emenda sobre a legalização do aborto, apresentada à constituinte, fortaleceu nas entidades do movimento a compreensão da necessidade de estruturas mais amplas que sejam capazes de avançar os diferentes aspectos da luta pela libertação das mulheres e da construção do movimento autônomo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

A plataforma do racha maior do PC Francês

"A REVOLUÇÃO, CAMARADAS"

A crise do PCF está descortinando a possibilidade de abrir um novo caminho para a construção dum partido revolucionário na França.

Isaac Akcelrud

Irrompeu e está em franco desenvolvimento uma séria crise no Partido Comunista Francês (PCF). É a maior, a mais profunda e extensa de sua história. O PCF era o maior partido de esquerda no país. Agora, está à beira da marginalização. A oposição interna, congregada no "movimento renovador" em expansão, acusa frontalmente o Comitê Central de malbaratar o patrimônio político e moral do partido.

Esta luta não é apenas um problema doméstico do PCF. É um acontecimento político de primeira grandeza e, à medida que se consolida e avança politicamente, adquire importância mundial. Porque:

1 — A oposição reivindica uma organização e ação revolucionária contra o capitalismo num país imperialista.

2 — O confronto se insere no quadro da crise final do stalinismo.

3 — A oposição procura res-

tabelecer e atualizar o dever internacionalista do movimento operário nos países capitalistas desenvolvidos. Prega a solidariedade à luta pela democracia nos países socialistas, embora ainda alimente ilusões sobre a política de Gorbachov. Quer ocupar seu lugar de combate ao lado dos povos espoliados e oprimidos pelo imperialismo, o que interessa diretamente ao povo brasileiro.

4 — A irrupção da oposição no seio do PCF abre uma possibilidade real de reaglutinação e reorganização, de recontorno e recomposição das forças, correntes e tendências revolucionárias dispersas. É uma perspectiva nova e concreta para a formação dum partido revolucionário na França, com repercussão em outros países capitalistas avançados. Nenhum grupo, tendência ou partido revolucionário pode ficar indiferente diante desta possibilidade. Nosso EM TEMPO: cumpre com orgulho o dever de romper a cortina de silêncio que tenta esca-

motear ao povo e aos trabalhadores brasileiros um fato político de tamanha relevância e alcance.

Um partido em declínio

O quadro é alarmante: logo após a guerra, o PCF tinha 25% dos votos; caiu para menos de 10% na última eleição. As pesquisas e avaliações atuais não lhe dão mais do que 5% no próximo pleito. Foi aliado de 22 prefeituras de cidades de mais de 30 mil habitantes. O partido perde autoridade política e substância militante. Nas municipalidades que ainda consegue conservar, o PCF é visto como "apêndice da administração", pois gira em torno de prefeitos e vereadores. Sua imprensa perde leitores e ressonância política.

O Partido Socialista (PS), reformista e disposto à "co-habitação" com a direita, emerge como candidato ao monopólio do voto de esquerda, desenhando a alternância de socialistas reformistas e reacionários direitistas no poder. O PCF em declínio pode tornar-se mero satélite do PS.

Estes são apenas alguns sintomas aparentes do definhamento a partir dos quais irrompeu a crise. Os renovadores denunciam a incompetência e deslealdade política da direção. A derrota eleitoral estrondosa sela o fracasso do bloco com os socialistas que chegou ao poder com Mitterrand mas arrastou o PCF à rua da amargura — o partido aderiu à administração da crise do capitalismo, apoiou a política de "austeridade" contra os direitos dos trabalhadores, comprometeu-se com a política armamentista e o militarismo nuclear da grande burguesia francesa.

A direção do PCF começou atribuindo o fracasso a erros anteriores debitados contra o finado secretário geral, Maurice Thorez. Mas não insistiu no ponto. Criticar Thorez levaria a questionar o stalinismo. Então passou a culpar o próprio povo francês, apelando ao "deslizamento da sociedade para a direita", pintando o PCF como "fortaleza sitiada". Essa avaliação, não discutida pelo partido nem aprovada pela instância com-

petente, mas imposta às vésperas do 25º congresso, é desmentida pela combatividade dos trabalhadores (a valente greve dos ferroviários, por exemplo). O novo álibi político do PCF obscurece o quadro da luta de classes e admite uma "co-habitação" durável entre o PS e a direita.

Os comunistas críticos e renovadores desafiam a direção a explicar-se. Se recusa a livre circulação das idéias, a troca de informações, se foge à confrontação das experiências e sufoca o debate interno e público, "não será porque fez opções políticas cuja exposição transparente seria inaceitável?"

Uma oposição em ascensão

A oposição não surgiu de estalo. Vem se manifestando, crescendo e articulando há anos. Depois da última derrota eleitoral (1986), uma petição com três mil assinaturas reclamava um congresso extraordinário para debater a situação. O Comitê Central respondeu por linhas travessas, promovendo centenas de "debates" controlados para simular "democracia". Produziram-se três linhas de ação em face da situação: gente que se passou abertamente para o serviço da burguesia, como um senhor Daix, ex-dirigente; outros se refugiaram no Partido Socialista, como um tal Fiszbein, que também era figura de proa; a explosão crítica dos renovadores em busca dum recuperação da "identidade comunista".

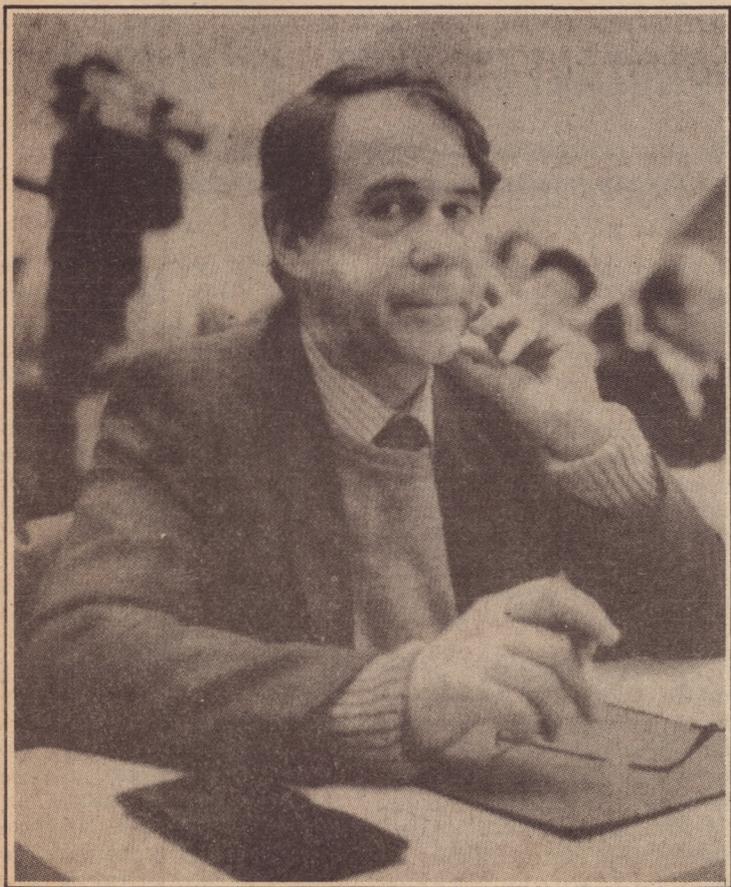
A oposição percorre o PCF de ponta a ponta, congregando atualmente em torno de 12 mil militantes, efetivo que cresce à medida que o movimento se divulga e atinge novas áreas. Já em março/abril havia trabalho organizado em mais de 60 departamentos (unidades territorial-administrativas do país). Em grandes cidades como Lyon e Marselha, sem falar na efervescência política de Paris, vão se revelando numerosos grupos de opositores que começam a identificar-se e articular-se. No Finisterra, os comunistas críticos editam o jornal "Unité" e são majoritários na orga-

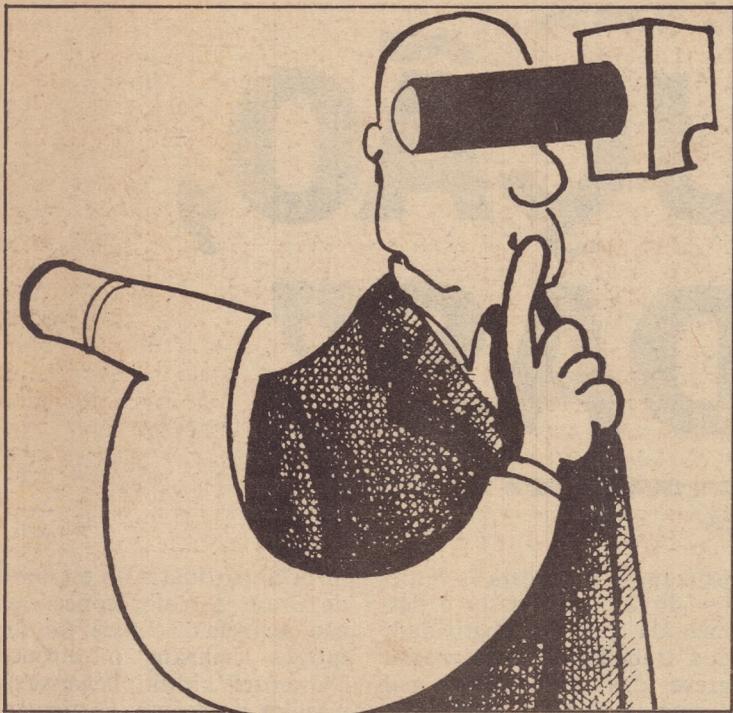
nização partidária do estaleiro de Brest, a maior concentração operária da cidade. Em Limoges criaram o círculo "Gramsci". Multiplicam-se os círculos de debate, particularmente a partir dos leitores da revista "M", publicação de esquerda que repercute a renovação. Os jornais da oposição cumprem o papel clássico de organizador coletivo, própria da imprensa revolucionária. Conferências e debates públicos reúnem dezenas e centenas de pessoas. Em geral, um terço dos participantes é de militantes da oposição, outro tanto é formado por comunistas que tinham se afastado do partido e começam a retornar. O terço restante é formado por comunistas e revolucionários de outras tendências que se consideram no dever de contribuir para o êxito dos renovadores. Portanto, não apenas uma recuperação de militantes mas também uma real abertura rumo a uma recomposição e rearticulação dos elementos e correntes revolucionárias.

Alguns dirigentes mais destacados da renovação: Pierre Juquin, Marcel Rigout e Claude Poperen renunciaram a seus postos no C.C. e/ou no Birô Político, dando nitidez à contestação; o jornalista Michel Cardoze, autor dum livro sobre a crise do PCF; Patrick Tort, filósofo, líder da resistência anti-racista em defesa dos trabalhadores estrangeiros discriminados; Gilbert Wasserman, redator-chefe, da revista "M"; participa da renovação crítica o veterano e respeitado dirigente Maurice Krigel-Valrimont.

A revolução, camaradas

A partir do título, a plataforma dos comunistas críticos refresca a memória coletiva sobre o objetivo tantas vezes jogado para as calendas gregas: "A revolução, camaradas". Trata-se de dizer não "à ordem e à desordem capitalistas". Denuncia a avaliação covarde do "deslizamento da sociedade para a direita" com os exemplos de lutas atuais — os ferroviários rejeitam as "hierarquias autoritárias e anacrônicas", a juventude repele a discriminação racista e "assume de modo criativo a mesti-





çagem da comunidade francesa". O capitalismo em crise quer encarcerar os trabalhadores no dilema "inflação ou desemprego". Qual a alternativa histórica ao desemprego? "O motor destas confrontações, destes debates, destas pesquisas, destas lutas, deveria ser notadamente o Partido Comunista". Mas ele vive uma crise profunda. O debate é sufocado e a perspectiva política é ditada de cima pra baixo, por decreto.

A plataforma abre uma discussão com vistas a um projeto revolucionário sob a bandeira do marxismo. Reconhece o pluralismo político, a democracia no movimento de massas. Proclama solidariedade à luta dos povos endividados, apoio à Nicarágua, aos palestinos, à luta contra o "apartheid" na África do Sul, ao povo da Nova Caledônia colonizado pela França. Reivindica a ruptura com o stalinismo e todas as suas conseqüências. Exige a dissolução dos blocos e o desarmamento.

Estes e outros pontos positivos da plataforma podem contribuir grandemente para a superação das debilidades da renovação — a heterogeneidade, a dispersão, a falta de centralização, como também para superar algumas obscuridades políticas e ideológicas. O movimento tende para, mas ainda não é plenamente uma corrente revolucionária. Ainda está no marco duma vigorosa arrancada para a esquerda no seio dum partido reformista, distanciando-se da direção do PCF e da social-democracia e aproximando-se das correntes revolucionárias.

Um novo fator

Nesta batalha política cumpre assinalar e valorizar devidamente um novo fator que avulta no cenário. A plataforma renovadora (que não pretende ser a última e definitiva palavra) foi divulgada inicialmente em 50 mil exemplares. A título de colaboração para sua difusão, o documento foi

reproduzido na íntegra pela revista mensal "Critique Communiste", órgão da Liga Comunista Revolucionária (LCR), seção francesa da IV Internacional. Representantes da coordenação renovadora participaram do recente congresso nacional da LCR, como observadores. Os militantes da Liga participam das discussões públicas, há debates regulares com os responsáveis da oposição.

A Liga Comunista Revolucionária está se guiando pela convicção de que a construção do partido revolucionário passa, hoje em dia, pela recomposição do movimento operário tradicional, o que também afeta os partidos reformistas. O fenômeno mais importante, agora, está no PCF. Esta não é uma posição de circunstância, orientação meramente ocasional. Pelo contrário, a seção francesa da IV Internacional está aplicando com agilidade a orientação claramente expressa nas resoluções do XII Congresso da Internacional (1985).

A LCR, em seu congresso, lançou candidato próprio às próximas eleições presidenciais. Foi indicado Alain Krivine. Mas considera desde já que, com um programa de defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, voltando seu gume contra o capitalismo e decidido a barrar o avanço da direita, o melhor seria uma candidatura saída das fileiras da oposição do PCF.

Estamos no início dum longo e difícil processo. Mas a perspectiva é promissora. A construção dum partido revolucionário num país desenvolvido e credor romperá o isolamento a que as correntes revolucionárias vêm sendo submetidas desde a traição da II Internacional e da stalinização da III Internacional.

Nesse contexto surge um aliado decisivo para nossa luta contra a dívida externa, por exemplo, no próprio coração do imperialismo. Quer dizer, também estamos na briga. (I.A.)

Uma Nova Série de Formação Marxista



Nesta edição, tem início uma nova série de formação marxista. A cada número, pretendemos lembrar e analisar as experiências, vitoriosas ou não, das revoluções socialistas.

As razões desta série são muitas e têm um valor especial para o debate que certamente ganhará força nas fileiras do PT nos próximos anos sobre a estratégia da revolução no Brasil.

Cada experiência revolucionária do proletariado acrescentou ensinamentos originais e irredutíveis à sua história. Cada revolução coloca de forma ímpar o problema de organização da

vanguarda revolucionária, a questão das alianças, das formas de constituição do poder revolucionário. Cada uma delas tem uma inserção específica na história e no contexto internacional. O seu estudo comparativo, assim, longe de fornecer modelos exemplares, caminhos já traçados, contribui para o entendimento do que é específico do nosso processo revolucionário.

Neste número, tratamos da experiência da Comuna de Paris, aquela que foi a primeira experiência de poder do proletariado.

As revoluções proletárias I - A Comuna de Paris

A tomada do poder pelo proletariado parisiense em 1871 abriu o caminho para as futuras revoluções socialistas do século XX.

Na história do movimento operário, a Comuna de Paris avulta como a experiência mais decisiva do século XIX. É a primeira vez que o proletariado assume plenamente um papel autônomo e independente da burguesia em um processo revolucionário, colocando no centro dos acontecimentos o seu projeto histórico de ruptura com o capitalismo. Por um breve período, o proletariado parisiense faria a primeira experiência de poder, abrindo o caminho para as futuras revoluções socialistas vitoriosas do século XX.

A França de 1871 estava atravessada por uma gravíssima crise nacional: as classes dominantes estavam divididas em três partidos monarquistas

e um quarto republicano; desde 1851, instalara-se o Segundo Império sob o comando de Napoleão III, um período marcado por grande desenvolvimento industrial, mas também pelo crescimento sem precedentes da especulação financeira e da corrupção. Praticando uma política belicosa e expansionista, Napoleão III declararia guerra à Prússia em 1870, levando em poucos meses o país a uma grave e humilhante derrota.

Foi assim, no quadro de um poder decomposto e desmoralizado que eclodiu a revolução de 4 de setembro de 1870, pon-do fim ao império e proclamando novamente a república. Em uma situação angustiante, com os prussianos às portas de Paris, foi constituído

do um "governo de defesa nacional" e as armas foram distribuídas ao povo parisiense. Estava, então, instalado o antagonismo que irromperia de forma explosiva entre o governo, formado quase exclusivamente por burgueses, e a Guarda Nacional Armada, constituída fundamentalmente de trabalhadores.

Em 8 de fevereiro de 1871, os monarquistas conquistam a maioria nas eleições para a Assembleia Nacional da República, em grande medida com o apoio dos votos do interior. Thiers, um liberal de face dupla, é eleito chefe do executivo. Em seguida, este negocia com o governo prussiano de Bismarck a rendição da França: a entrega da província do Reno e o pagamento de uma

indenização de um bilhão de francos-ouro.

Armada a rendição, o governo de Thiers se movimentou para quebrar o poder do proletariado parisiense em armas. No dia 10 de março, transfere a sede do poder para Versalhes e suprime o soldo dos membros da Guarda Nacional. As rodas da história continuam a se mover vertiginosamente, como se obedecessem a uma lei acima da consciência imediata dos atores envolvidos.

A Comuna de Paris irrompe quase espontaneamente. Na madrugada do dia 18 de março, soldados de Thiers tentam o seqüestro dos canhões da Guarda Nacional e esbarram na resistência espontânea de trabalhadores e mulheres. O alerta se espalha rapidamente pela cidade. O Comitê Central da Guarda Nacional decreta a Comuna de Paris.

Três dias depois, o jornal oficial da Comuna proclamava: "o proletariado, frente à ameaça permanente de seus direitos, à negação absoluta de todas as suas legítimas aspirações, a ruína da pátria e de todas as suas esperanças, compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em suas mãos os destinos da pátria e assegurar o

trunfo, apoderando-se do poder." Estava instalada a guerra civil entre Comuna de Paris e o governo de Versalhes.

Uma dinâmica proletária

A Comuna de Paris nasce com um apelo difuso a uma "república social". É como se o proletariado se movesse às apalpadelas em meio a um cenário enevoado: não há um programa claro, nem uma estratégia estabelecida para assegurar e consolidar o poder.

Muito menos havia uma direção coesa. A tendência majoritária na Comuna e no Comitê Central da Guarda Nacional era adepta de Auguste Blanqui, socialista utópico que prega a conquista do poder do estado através da ação direta e conspirativa de uma organização de revolucionários coesa e ousada. Na minoria, composta por filiados à Associação Internacional dos Trabalhadores, prevaleciam os adeptos de Proudhon, cujas propostas centravam-se na negação da luta de classes e na introdução de cooperativismo no comércio e no crédito.

O mais impressionante é constatar como, apesar de tudo isso, o instinto revolucionário da classe operária se afirmou. A forma política de po-

der que tomou a Comuna, profundamente democrática e enraizada no proletariado e nas camadas populares, mais federativa do que centralizada, era muito distante do modelo blanquista. E as medidas econômicas adotadas superaram em muito as tímidas receitas proudhonianas.

No curto espaço de 71 dias — do momento em que os serviços do governo evacuam Paris até a queda da última barricada da Comuna em 28 de maio —, assediada pelas tropas versalhesas apoiadas por Bismarck, a Comuna de Paris tomou marcantes decisões de governo.

No plano das medidas políticas, o governo da Comuna decidiu a abolição do exército permanente e de toda a burocracia; a eletividade e a possibilidade de revogação a qualquer momento de todos os funcionários; a fixação de um máximo salarial de seis mil francos para qualquer funcionário do governo; a separação da igreja e do estado; a implantação do ensino gratuito.

No que diz respeito às medidas econômicas, foi proibido o trabalho noturno dos padeiros, o fim do sistema de multas, o registro das fábricas

abandonadas e sua entrega às cooperativas operárias, mediante indenização fixada por comissões arbitrais, a moratória para o pagamento dos alugueis.

A semana sangrenta

Desde a implantação da Comuna, foram se revelando graves problemas de organização principalmente no que diz respeito a uma estratégia militar. A carência de medidas ofensivas imediatamente após o 18 de março permitiu a recomposição do governo de Thiers, o fortalecimento de seu exército graças a um eficiente trabalho de recrutamento nas províncias e, principalmente, graças ao apoio de Bismarck que liberou 40 mil prisioneiros de guerra.

O cerco à Paris revolucionária foi implacável e de uma brutalidade até então desconhecida na história. Os versalhenses, em muito superiores em números e armas, penetraram pela parte mais rica e desguarnecida da cidade. Durante semanas, o proletariado travava uma luta heróica e desesperada de barricada em barricada, de quarteirão em quarteirão, de casa em casa.

"O tom impertinente com que os boletins de Thiers anunciaram a matança a baionetadas e os fuzilamentos em massa de Clamart alteraram até os nervos do Times (jornal) de Londres, que não peca precisamente por excesso de sensibilidade", diria Marx em *A guerra civil na França*. De acordo com o livro *Histoire de la Commune de Paris de 1871*, vinte mil foram assassinados nas ruas, três mil morreram nos cárceres. Até 1º de janeiro de 1872, seriam deportados mais 13.700 pessoas.

"Eu serei desapiedado; a execução será completa e minha justiça inflexível. O solo está coberto de cadáveres; esse espetáculo horrível servirá de lição", afirmou Thiers à época. A resposta de Marx no mesmo *A guerra civil na França*: "A Paris dos operários de 1871, a Paris da Comuna será para sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. A memória de seus mártires viverá, como num santuário, no âmago do coração da classe operária. Seus exterminadores, a História já os pregou a um pelourinho eterno e todas as preces de seus pais não bastarão para absolvê-los."

As grandes lições da Comuna

Com a experiência do proletariado parisiense, a forma política "enfim encontrada" da ditadura do proletariado.

A frase de Marx não é, em absoluto, retórica. Se é verdade que o movimento operário francês ficaria por anos e anos paralisado pelas marcas da selvagem repressão, o legado político da Comuna penetrou profundamente no coração e nas mentes da vanguarda operária reorganizada na II Internacional.

Em um manuscrito de Lenin, contendo um plano de conferência sobre a Coluna a ser realizado em fevereiro-março de 1905, se diz textualmente: "todos, no movimento atual, descansamos sobre os ombros da Comuna". É através da confrontação com a experiência da Comuna, que os revolucionários russos farão o balanço da revolução de 1905. O grande debate sobre a estratégia da revolução travado em 1910 entre Kautsky e Rosa Luxemburgo no principal partido da II Internacional, teria como um dos eixos o estudo das razões da derrota da Comuna. Em 1917, às portas da tomada do poder, em seu *Estado e revolução*, é na grande experiência da Comuna que Lenin se inspira. E os exemplos poderiam se multiplicar.

A revelação

De toda a história do socialismo e da luta política, Marx havia deduzido que o Estado deveria desaparecer e que a forma transitória deste processo seria "o proletariado organizado em classe dominante". Quanto às formas políticas desta transição, Marx nada havia dito ainda.

O estudo da experiência da Comuna de Paris foi, nesta questão chave, decisivo para Marx. Para ele, como afirma em *A guerra civil na França*, a Comuna de Paris é a forma "enfim encontrada" pela revolução proletária para destruir a máquina do Estado

burguês; é a forma política "enfim encontrada" para se substituir esta máquina destruída. No prefácio do *Manifesto Comunista*, escrito em 1872, Marx e Engels declaram o programa do Manifesto "envelhecido em alguns pontos" e afirmam: "A Comuna em particular provou que a classe operária não pode simplesmente apossar-se de uma máquina governamental e pô-la em movimentos para os seus próprios objetivos (...)" "Não se deve "mudar de mãos a máquina burocrática e militar, como se fez até aqui, mas sim rompê-la".

De forma mais precisa, Marx se referia aqui aos decretos da Comuna, extinguindo o exército e a polícia pelo povo em armas; à idéia da democracia direta, com o corpo de dirigentes sendo eleitos e revogáveis a qualquer momento, em oposição à democracia parlamentar; à noção de um poder que concentrasse em si as funções legislativa e executiva, de discussão, deliberação e execução; à noção de que o corpo do governo não deve ter privilégios materiais, mas deveria receber o salário de um operário.

Esta lição fundamental que Marx extraiu da Comuna seria depois o eixo central de diferenciação no interior do movimento operário internacional a partir de 1914. O reformismo romperia com o marxismo exatamente aí quando admitia a possibilidade de construir o socialismo sem romper a máquina estatal da burguesia, agindo no interior da democracia parlamentar.

Uma prova de internacionalismo

O espírito internacionalista esteve presente nos primórdios do movimento que desembocaria na Comuna e atra-

vessou toda esta grande experiência do proletariado. A decretação de guerra à Prússia encontrou uma firme oposição no proletariado parisiense: manifestações duramente reprimidas pela polícia ocorreram em Paris, entoando os versos de 1848: "país nós, os povos / são irmãos / e os tiranos inimigos". Os internacionalistas parisienses fizeram publicar um manifesto fraternal dirigido ao povo alemão.

Sabe-se também que diversos estrangeiros foram eleitos para a Comuna. Em um relatório adotado em 31 de março, afirma-se: "... Os estrangeiros podem ser admitidos na Comuna? Considerando que a bandeira da Comuna é a da República Universal; considerando que toda cidade tem o direito de dar o título de cidadão aos estrangeiros que a servem; A comissão é de opinião que os estrangeiros podem ser admitidos e vos propõe a admissão do cidadão Frankel".

Outro símbolo marcante do internacionalismo da Comuna foi a demolição da coluna imperial da Praça Vendôme, executada no dia 16 de maio sob as aclamações de uma multidão compacta. É assim justificada a demolição: este "é um monumento de barbárie, um símbolo de força bruta e de falsa glória, uma afirmação do militarismo, uma negação do direito internacional, um insulto permanente dos vencedores aos vencidos, um atentado perpétuo a um dos três grandes princípios da Revolução Francesa, a fraternidade."

Os desafios do poder

Ao colocar em termos concretos os problemas da revolução socialista, a Comuna revelou elementos-chaves para a elaboração de uma estratégia de luta pelo poder. Dissolveu as ilusões patrióticas e destruiu a fé ingênua que



ainda se poderia conservar sobre a dedicação da burguesia ao interesse nacional.

Mostrou ainda as imposições de uma dinâmica de guerra civil, que exige unidade, coesão organizativa e capacidade de iniciativa e ofensiva por parte do proletariado. Em "As lições da Comuna", publicada na *Zagranitchnaia Gazeta*, Lenin afirma: "Ela (a revolução) não esquece tampouco o que os burgueses consideram, a justo título, como "o nervo da guerra", não esquece que Thiers reconstituiu seu exército graças aos milhões do Banco da França (que não foi nacionalizados pelos comunardos); os bancos ocupados militarmente, são nacionalizados. Depois, é a vez das terras e das usinas. Não se hesita mais, não se comete por mais, como nos tempos da Comuna! É um pouco assim porque a situação é outra, mas é assim sobretudo porque as lições da Comuna são lembradas, porque se tem a sua terrível experiência".

EM TEMPO COMEMORA OS DEZ ANOS EM SÃO PAULO

Márcia Carnaval



Márcia Carnaval



Dando prosseguimento às comemorações dos dez anos do EM TEMPO foi realizado no último dia 8 na Câmara Municipal de São Paulo um debate com os companheiros Raul Pont, deputado estadual e secretário geral do PT gaúcho, e José Dirceu, também deputado estadual e secretário-geral do PT paulista. O tema foi "a construção do PT como partido revolucionário".

José Dirceu iniciou a sua intervenção dizendo da satisfação de estar participando "do décimo aniversário do jornal EM TEMPO, pelo papel que este jogou na luta contra a ditadura, na transmissão do pensamento marxista, leninista, revolucionário no Brasil e no apoio à luta revolucionária na América Central." Dirceu continuou afirmando que estava "entre os que na clandestinidade sempre haviam encontrado nos companheiros do EM TEMPO um braço forte, independente das divergências, para o apoio na luta contra a ditadura e pela revolução no Brasil. Sou testemunha pessoal da solidariedade dos companheiros porque eu recebi essa solidariedade na clandestinidade."

O debate foi politicamente rico, com as divergências atuais em relação à construção do PT aflorando abertamente. Raul Pont pôde demonstrar que a velha divergência entre partido de quadros e partido de massas é e sempre foi inteiramente falsa, que trata-se exatamente de construir o PT como partido militante e de massas. E defendeu, além das posições tradicionais da corrente EM TEMPO, toda uma experiência de construção do PT no Rio Grande do Sul.

Dirceu abordou mais os desafios políticos, relacionando-os com os problemas de construção do partido.

O debate acabou se concentrando na discussão das propostas de regulamentação das tendências no interior do PT, um dos temas mais polêmicos da convenção estadual do partido que se realizou no fim de semana seguinte ao debate.

A promoção do debate, abarcando as posições diferentes no interior do PT, foi a maneira que escolhemos para iniciar a comemoração dos dez anos do jornal em São Paulo. É uma forma coerente com toda a trajetória que vimos procurando dar ao EM TEMPO: um jornal de defesa do socialismo e do debate democrático.

Porque apoiamos o EM TEMPO



Renato Menezes

O EM TEMPO é uma ferramenta na luta dos trabalhadores. Nos últimos anos tenho acompanhado toda a sua evolução e, através de

sua leitura, sempre pude acompanhar os passos de construção do PT e da CUT.

Nos anos em que atuamos como Oposição Sindical, o jornal nos possibilitou uma visão mais detalhada do dia-a-dia do movimento sindical brasileiro e da trajetória de construção da CUT. Para um dirigente sindical, a sua leitura é de grande importância.

Como militante do PT pude, também, conhecer as polêmicas e debates travados no processo de construção do partido, permitindo-me ter uma visão mais geral do momento político brasileiro.

Renato Menezes é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória- ES.



Virgílio Guimarães

Não é fácil manter um jornal vivo por dez anos. Não é fácil manter um jornal que não tenha costas largas, rabo preso e espinhas mortas. Que não seja ins-

trumento de governo, empresários ou anunciantes. Mas o EM TEMPO está vivo. Simplesmente porque nunca se curvou. Nem ditadura, atentados, censura e sabotagem (econômicas ou não) além de um vasto etc de dificuldades poderão acabar com ele. A razão disso é muito clara. O EM TEMPO foi bravamente empunhado, militantemente sustentado pelos resistentes à Ditadura, pelos lutadores socialistas. E o fizeram exatamente por ser o EM TEMPO um instrumento de trabalho, uma arma de luta. O EM TEMPO nunca foi estático. Mudaram as pessoas e forças em sua composição, mudou o jornal. Mantive-se a coerência. Pois os tempos e conjunturas mudaram. Por força inclusive da ação transformadora do EM TEMPO. Longa vida ao EM TEMPO. Temos muito a fazer juntos para golpear a besta-fera capitalista e construir, através da democracia proletária, a sociedade comunista mundial.

Virgílio Guimarães é deputado federal pelo PT/MG

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 500,00 () Normal: Cz\$ 300,00

Nome:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado:

Faça uma assinatura do EM TEMPO e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os três já lançados.

Recorte o cupon e envie juntamente com **cheque nominal** à Editora Aparte Ltda., Rua Francisco Leitão, nº 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo. SP.